

092ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13OUT2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Colégio Leonardo da Vinci Ltda/Unidade Beta, que tratará de assunto relativo à abertura do retorno da Av. Icaraí. A Sra. Márcia Andréa Schmidt da Silva, Diretora, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. MÁRCIA ANDRÉA SCHMIDT DA SILVA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, muito obrigada por abrirem este espaço, especialmente agradeço ao Ver. Márcio Bins Ely, que me orientou a estar aqui. Eu venho, na realidade, não representando a escola em si, mas a comunidade da Zona Sul, visto que nós temos uma grande dificuldade hoje tanto de transporte coletivo quanto transporte particular de movimentação nas imediações da escola. Senti-me na obrigação de vir aqui, representando a comunidade, para reivindicar não só o apoio que lhe cabe como também a orientação, que sei que vocês podem nos dar para resolver essa questão, visto que já fiz todos os trâmites: fui à EPTC, protocolei vários pedidos, fiz abaixo-assinado na escola, fora da escola, em toda comunidade.

O que venho efetivamente falar? Primeiro, eu preciso pedir desculpas a vocês por falar de um tema que não tem tamanha relevância para esta Casa, e eu sei que vocês tratam de temas muito, muito importantes, que são flagelos desta Cidade. Mas esse é um tema bastante importante, de grande relevância para a comunidade que cerca a minha escola, não só a comunidade do Colégio Leonardo da Vinci/Unidade Beta, da Av. Icaraí, como a comunidade que circunda, que fica nas imediações da escola.

Nós sempre tivemos um retorno na Av. Icaraí, de quem vem da direção Bairro-Centro, entre a Rua. Cel. Claudino e a Rua Dr. Campos Velho. O que aconteceu de uns tempos para cá? Em função de obras, de encanamento daquele arroio, que efetivamente enchia

as casas da comunidade carente que fica às margens da Av. Icaraí, eles fecharam o retorno e abriram outro para as pessoas que precisam fazer essa volta passando na Av. Icaraí, passando na Rua Dr. Campos Velho. Esse retorno é perigoso, provoca uma atrapalhão grande no trânsito, em virtude de ficar uma fila de carros tapando duas pistas, porque os carros hoje são grandes, são caminhonetes. E outra: tem um fluxo ao contrário muito grande e não tem semáforo, então as pessoas se aventuram fazendo retorno. Quanto ao retorno anterior, aquele que foi fechado, disseram-nos que nunca mais abrirão, mesmo depois do fim da obra de encanamento do arroio, porque é perigoso.

Mas é justamente o contrário – a EPTC me disse que é perigoso, mas não é! Aquela abertura ali, que fica logo após a escola, passando a Av. Cel Claudino, onde tem aquela comunidade carente, é justamente o que evita acidentes, atropelamentos. O atual retorno realmente está atrapalhando não só a comunidade da escola, mas também toda a comunidade que circunda. Eu vim aqui pedir a ajuda de vocês, para que intercedam por nós, pela comunidade da Zona Sul, que reclama por isso – nós temos um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas. Queremos também orientação de vocês, que são experientes nas questões de organização da Cidade, inclusive do sistema viário.

Muito obrigada a todos, em especial ao Ver. Márcio Bins Ely – apesar de eu não o conhecer pessoalmente –, que foi quem me orientou a vir ocupar este espaço do povo.

Muito obrigada!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convidamos a Sra. Márcia Andréa Schmidt da Silva a fazer parte da Mesa.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Secretário Villela, Diretora Márcia, na verdade, muitas vezes tratamos aqui de assuntos não tão importantes. Vejam só: a senhora vem à tribuna reclamar e pedir socorro em relação a uma questão de trânsito, e o nosso Prefeito está no Exterior, falando de Porto Alegre. Fico mais tranquilo, porque a TVCâmara não tem alcance até lá, imagine a senhora se tivesse. Talvez tenha pela Internet, mas eles não se preocuparão com isso. Eu vou pedir encarecidamente ao Ver. Márcio, que é da base do Governo, que realmente leve, na

íntegra, o seu depoimento para a representação do Executivo. É esta a demonstração da minha indignação e da concordância com as suas colocações. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sra. Márcia, durante oito anos, eu tive escolinha ali no Bate-Bola, conheço muitas famílias do Leonardo da Vinci, a gente sabe o transtorno que é. Então, quero dizer que vocês têm o apoio do PSD e deste Vereador, Tarciso Flecha Negra, para o bem de todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Diretora Márcia, eu estava ouvindo a sua manifestação, a senhora falava que a Câmara discute matérias relevantes, e este tema que a senhora traz aqui também é de relevância, pois trata da segurança da pessoa humana e da preservação de vidas. Portanto, é um tema relevante, sim, e merece toda a nossa atenção e o nosso apoio. Eu falo em meu nome, Aírto Ferronato, em nome do meu Partido, o PSDB, e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Quero apenas dizer ao Ver. Bernardino, quando ele fala que o nosso Prefeito está no Exterior falando de Porto Alegre, que a nossa Cidade precisa e merece, sim, ser falada no Exterior, até pela sua relevância na forma de agir, principalmente em relação à participação do cidadão, tanto é que estamos aqui discutindo um tema relevante de uma comunidade. Então, estamos aqui lhe deixando um abraço, cumprimentando a comunidade toda. Estamos juntos buscando uma alternativa para resolver a situação. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, eu quero dar as boas-vindas à Sra. Márcia Andréa Schmidt da Silva, Diretora do Colégio Leonardo da Vinci, lá na Av. Icaraí, e dizer que tudo o que se refere à educação é relevante, muito relevante. Enquanto a senhora falava, eu tentei fazer uma ligação para o presidente da EPTC, mas caiu na caixa postal. Deixei recado para ele me retornar. Quero dizer que, através da minha Bancada, composta pelo Ver. Guilherme Socias Villela, que já foi Prefeito desta Cidade, pela Ver.^a Mônica Leal, que é a nossa Líder, pelo Ver. Kevin Krieger e por mim, a senhora terá todo o apoio e o acompanhamento. Vamos tentar ver quais alternativas existem para uma boa solução. Em Porto Alegre circulam diariamente 800 mil veículos, mais 20 ou 30 mil motocicletas, deixando o nosso trânsito com inúmeras dificuldades. Realmente, a EPTC parece que não consegue acompanhar a velocidade dos novos veículos que vêm para a Cidade. Mas a nossa Bancada vai acompanhar e tentar equacionar a sua dificuldade, que é também uma dificuldade da nossa Cidade. Muito obrigado, seja muito bem-vinda.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Prezada Márcia, falo em nome do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, composto nesta Casa por este Vereador e pelos Vereadores Mauro Pinheiro, Alberto Kopittke, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon. Como sou morador da Zona Sul, passo por ali constantemente, também o Professor Garcia e outros. Nós sabemos dos transtornos que existem, principalmente quando há obras, e, nesse caso, a região toda está sendo reestruturada. Então, é um problema a ser enfrentado positivamente, só que tem que ser bem planejado. Nós, da CUTHAB – presidida pelo nosso colega Ver. Paulinho, que trata de urbanismo, transporte e habitação –, também nos colocamos à disposição, junto com o Márcio, que trouxe esse tema, para que chamem a SMOV e a EPTC, que são as Secretarias, a fim de,

na CUTHAB, tratarmos esse assunto com todos os colegas e resolvermos os transtornos que existem ali. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Cumprimento a Professora Márcia em nome do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas. Tudo que é importante para a comunidade tem que ser importante para a Câmara, para a Prefeitura, muito embora a gente saiba que, muitas vezes, os problemas sociais não são resolvidos com a agilidade que merecem e diante do tamanho das necessidades. Então, eu queria cumprimentá-la e dizer que nós temos um problema grave no que diz respeito ao transporte coletivo, ao transporte coletivo de massas, como o ônibus, algo que tu apontaste também.

No caso da Zona Sul, temos a questão do transporte hidroviário, para o qual há uma lei aprovada desde 1989, modal que poderia desafogar bastante o trânsito de uma maneira a gerar menos poluição, com um barco utilizando o nosso rio, mas que a gente vê patinar em Porto Alegre. São mais de vinte anos de espera para que a gente possa ter um transporte menos poluente, e, ao mesmo tempo, infelizmente, pelo peso das empresas de ônibus, pelas prefeituras, que não querem contrariar interesse ao longo desses anos, nós não temos esse meio de transporte. Eu acho que a gente tem que pensar de uma maneira global, de como seria essa luta na Zona Sul, e nós sabemos da importância dela, tanto do hidroviário quanto do transporte coletivo e, ao mesmo tempo, há outras coisas.

Sobre a questão do retorno, acho que deve haver uma reunião imediata em que a EPTC e os técnicos venham conversar. Não pode a comunidade fazer um abaixo-assinado com mil assinaturas e não haver sequer um retorno. Bom, então, vamos discutir tecnicamente a viabilidade da questão da segurança.

E essa questão da ausência da democracia para atender às demandas é muito complicada. Eu acho que é para ontem. O Ver. Comassetto sugeriu que falássemos com o Ver. Mario Fraga, Vereador Líder do Governo, com o Ver. Delegado Cleiton. Ou podemos fazer uma audiência na CUTHAB, com a participação da EPTC e da comunidade. Ou, se não for possível isso – não é a minha Comissão, depende dos

Vereadores da CUTHAB –, que façamos um pedido de reunião com o Diretor Técnico da EPTC, na qual a comunidade compareça, os Vereadores compareçam, que possamos discutir com a seriedade que merece esse pleito tão importante da comunidade. Obrigada pela atenção e conte com o apoio do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sr. Secretário, Professora Márcia, pronuncio-me em nome do PDT – dos Vereadores Dr. Thiago, João Bosco Vaz, Mario Fraga, Nereu D’Avila, Márcio Bins Ely. Acho que temos que encontrar uma solução. Eu sou Vice-Presidente da CUTHAB, acho que o nosso Diretor da EPTC, Vanderlei Cappellari, é muito aberto a reuniões. Então, nós estamos nos colocando para que possamos fazer uma reunião com a senhora ou com algum outro membro de sua escola. Eu até gostaria de convocar o pessoal do Loteamento Alzira da Rosa, que é um loteamento novo ali, próximo à Vila Resvalo, para dar um andamento e fazer um reestudo do transporte que passa por ali, na frente daquela escola.

É muito tranquilo, acho que o Vanderlei representará o nosso Prefeito, creio que até é desnecessária a CUTHAB, mesmo sabendo que é um pleito importantíssimo, mas penso que deve ser uma conversa direta. Nós, do PDT, nos colocamos à sua disposição e à disposição dos alunos daquela escola. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mario Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo Governo.

O SR. MARIO FRAGA: Boa tarde, Presidente, Villela; nossa convidada, Diretora Márcia. Como Líder do Governo, eu venho aqui falar em nome do Governo Fortunati. Liguei para a EPTC, falei com o assessor parlamentar da Casa aqui, que é o Emerson Correa, que já se colocou à disposição para fazer a primeira visita – pelo menos para a senhora sair daqui com um fato concretizado. Então, vou convidar, com certeza, todos os Vereadores

na hora em que o Emerson Correa estiver lá para fazer a visita. Vamos marcar ainda para esta semana, proponho na quinta-feira. Fica ótimo para senhora? Então, tentarei na quinta-feira. Na quarta-feira, aviso todos os Vereadores de que o Emerson, com o assessor comunitário da EPTC, estará lá. Eu já falei com o Emerson sobre isso. Obrigado e boa sorte a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mais uma vez, tivemos o posicionamento das diversas Bancadas. Professora Márcia, a senhora ouviu atentamente as comunicações aqui dos diversos Partidos. Acho que os esforços estão bem encaminhados. Quero dizer que esta Casa fará todos os esforços para que se resolva a situação. Muitas vezes, o que se quer não é o que se consegue, mas acho que o importante é haver o diálogo e as devidas explicações. Eu havia falado com a senhora e dizia, no início, que me lembrava da dificuldade que foi colocar aquele semáforo da direita pela questão dos ônibus. Na época, o Diretor era o Professor Temes, meu amigo de longa jornada, militávamos juntos, ele também era professor de educação física, e eu me lembro da mobilização, porque, em frente às escolas, sempre há o perigo de uma criança inadvertidamente passar, e aí acontecerem acidentes que, muitas vezes, levam ao óbito. Acho que tudo isso ajuda para ter um zelo maior. Então, a senhora ouviu esta Casa, e nós vamos fazer os encaminhamentos, e, depois, se não houver uma evolução, a senhora está convidada a retornar, para que possamos tomar as providências. Foi encaminhado também para a CUTHAB, que pode fazer todos os procedimentos. Parabéns!

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (14h42min) Estão reabertos os trabalhos. Registro a presença da nossa sempre Ver.^a Maristela Maffei. Seja bem-vinda a esta Casa, Vereadora.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, eu venho aqui em nome da nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, em meu nome e em nome dos colegas Vereadores e Vereadora, para trazer um tema já em debate nesta Casa, na imprensa gaúcha e em todo o Rio Grande do Sul: o início das obras da nova ponte do Guaíba. Há muitos anos, desde que o ex-Governador Leonel Brizola construiu a atual ponte, iniciou-se a discussão pela segunda ponte do Guaíba. Aqui na CUTHAB, tivemos grandes debates com parcela da comunidade, e um conjunto muito grande de políticos e outros da sociedade negavam que a ponte do Guaíba sairia do papel. A Presidente Dilma veio aqui e anunciou a construção da ponte do Guaíba, e, no debate, continuavam a negar esse fato. Inclusive, Ver. João Carlos Nedel, o Ministro das Cidades também veio a Porto Alegre para anunciar o início da obra.

Eu quero convidar todos os colegas Vereadores – os que apoiaram, os que não apoiaram, os que levantaram dúvida – para que amanhã, às 14h, estejamos lá para darmos início a essa obra magnífica. Serão 7,5 quilômetros de construção dessa travessia que ligará Porto Alegre à entrada do Rio Grande do Sul com toda a Região Sul do Estado, a Região Central do Estado, a fronteira Oeste, com uma dinâmica de trabalho. Esse projeto não nasceu hoje, ele nasceu de discussões políticas aqui nesta Casa, foi assumida a discussão no início do Governo Dilma.

Também quero aqui, meu amigo João Bosco Vaz, que retorna a esta Casa com o nosso abraço, dizer ao Lauro Quadros, que fez um debate no programa Polêmica, questionando se sairia o início das obras antes das eleições ou não, que nós vamos fazer outro debate agora lá no Polêmica, para falarmos, Ver. Cecchim, do valor que tem essa ponte para o Rio Grande do Sul, do significado de uma obra como essa. Uma obra como essa é, sim, sinônimo de investimento no Estado do Rio Grande do Sul, sinônimo de desenvolvimento, sinônimo de um trabalho de gestão, sinônimo de envolvimento da população do Rio Grande do Sul e de envolvimento do Governador do Estado alinhado com todas as forças políticas que defenderam a construção desse equipamento de uma grandeza magnífica!

Meus colegas Vereadores que, junto comigo, discutiram com as comunidades: está assegurado, Vereadores e Vereadoras, que, das 800 famílias que terão que ser removidas para a construção da ponte, nenhuma ficará sem a sua casa. E todas as 800 famílias serão realocadas na própria região, nas ilhas ou na entrada da Cidade, com os programas do Minha Casa, Minha Vida, coordenados pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Então essa é uma vitória, sim, de um projeto! É uma vitória, sim, de um programa!

E quero aqui, em nome do meu Partido, cumprimentar o Governador Tarso Genro, a Presidente Dilma e todos aqueles colegas Vereadores e Vereadoras que nos ajudaram a fazer o debate para encontrar soluções aos conflitos que havia para a construção da ponte do Guaíba. Quero convidar todos aqui e população que nos ouve para, amanhã, às 14h, estarmos lá, comemorando esta conquista e dando início às obras da segunda ponte do Guaíba. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a segunda-feira começou com um audiovisual bonito. Este audiovisual já passou na pré-estreia deles, há quatro anos. Eu vi uma ponte bonita há quatro anos, e, durante este ano, discutiu-se quem seriam os artistas. O filme estava pronto, só não tinha os artistas, mas o roteiro a gente conhecia, e ele foi repetido. Realmente, o roteiro está repetido, Ver. João Bosco Vaz. Eu admiro a persistência do Ver. Comassetto de trazer as coisas aqui que a Presidenta Dilma prometeu lá, há quatro anos. É a mesma maquete. A mesma! Daqui a quatro anos, vai ser o convite para a inauguração, também com a mesma maquete. Ninguém é contra, Vereador. Somos contra esta prática: “Conseguimos, conseguimos, conseguimos...”. Que bom que o Rio Grande conseguiu.

Eu queria agradecer o convite para ir lá para dar início às obras. Não vou poder estar presente, até porque não sei o que será iniciado. Antigamente, a gente dava início à obra

e fazia a pedra fundamental. Sou da época em que, para inaugurar o início de uma obra, a gente fazia a pedra fundamental. Agora, eu quero ver como é que vão fazer o início da obra lá, onde será dado o início. Eu quero apostar com vocês – não em dinheiro, mas uma aposta amigável, um chimarrão, uma rodada de alguma coisa – que o início das obras se dará com um buraco. Sabem qual buraco? Para plantar a placa “Início da obra”. Será uma placa bem grande, que eu acho que tem que ter, e, amanhã, isso será o início da obra da ponte. Será iniciada a colocação das placas. Que bom que se faça isso, porque, pelo menos, de quatro em quatro anos, fazem uma etapa. Os técnicos não se dobraram à ordem da Presidente para iniciar a ponte no mês de maio – era para ter iniciado a obra no mês de maio –, acharam que não queriam fazer isso e não fizeram! Deixaram a Presidente “pendurada no pincel”. Só agora vão dar início às obras. Que início bom, um pouquinho antes da eleição.

Ver. Eng^o Comassetto, continue sendo nosso Vereador federal. Só que, no ano que vem, o senhor vai ter que se adaptar, porque vão mudar os seus interlocutores, mas o senhor tem a minha procuração para continuar lutando por Porto Alegre com outro Presidente, com outros Ministros e continuar fazendo com que a cidade de Porto Alegre, independente de Partido, ganhe aquilo que merece. Porque aqui ninguém deu nada, ninguém deu a ponte, ninguém ofereceu de presente a ponte! Isso é uma conquista da cidade de Porto Alegre, uma conquista do Rio Grande do Sul. Essa ponte ajuda mais ao Rio Grande como um todo do que à cidade de Porto Alegre. Então, quero louvar que se façam as obras, mas que elas continuem independente de Governo, vai ser o caso dessa ponte: o início pelas mãos de um Presidente e a inauguração por outro! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Eng^o Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, peço a V. Exa. que fique arquivada, nos Anais da Casa, a listagem de todas as obras que foram licenciadas e a licença que foi emitida pela Fepam para a construção da ponte, que terá início amanhã, até mesmo para que o Ver. Idenir Cecchim, que tem memória curta, não se esqueça do que foi construído e de quem conquistou. Quero que isso fique arquivado nos Anais da Casa para que possamos continuar debatendo. Porque há muitos que se esquecem do passado e só querem debater o futuro abstrato. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Requerimento nº 2344/14, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que requer custeio de viagem de representação para participar do evento Treinamento do Programa Interlegis do Senado Federal, na cidade de Caçapava do Sul/RS, no período de 13 a 17 de outubro de 2014.

Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente, ilustres colegas Vereadores e Vereadoras, passado o período eleitoral, voltamos à importante análise da Cidade. A nossa Comissão tem procurado verificar efetivamente *in loco* as questões da saúde de Porto Alegre. No dia 15 de agosto, recebemos na Comissão um Ofício vindo da Secretaria Municipal de Saúde do Município que dizia (Lê.): “Considerando o término do contrato da Operação Inverno 2014, que ocorrerá em 29/08, foi pactuado entre a Direção do Hospital [Hospital Presidente Vargas] e o Secretário de Saúde que, a partir do dia 16/08/2014, os 38 leitos de Internação Pediátrica e 6 leitos de UTI Pediátrica serão gradualmente reduzidos e bloqueados.” A Cidade clama por leitos de UTI, principalmente pediátrica. A Cidade clama por leitos de internação nas UTIs, sejam elas pediátricas ou adultas, e o HPV, um hospital público municipal, fecha leitos. Mas não é só isso. (Lê.) “A partir do dia 29 de agosto contaremos apenas com 4 leitos de UTI Pediátrica e 15 leitos de internação, junto à Emergência Pediatria, leitos esses que serão oferecidos exclusivamente à Regulação”. O que isso quer dizer? É o fechamento da Emergência Pediátrica do Hospital Presidente Vargas! Emergência Pediátrica que atendia, por dia, 100 a 200 pacientes – por dia, atendidos! (Lê.) “A partir desta data, a porta de entrada da Emergência Pediátrica ficará restrita a crianças [...] profilaxia da raiva, acidentes com material biológico e vítimas de violência sexual”.

Isso quer dizer, Ver. Bernardino, que, se uma criança passa mal em uma das comunidades carentes de Porto Alegre, o seu familiar deve pegar essa criança, levar para o pátio, para que seja mordida por um cachorro, a fim de ser atendida no Hospital Presidente Vargas. Não acreditamos que isso possa ser possível. A Comissão efetivamente não acreditou que, em tempo de crise na saúde, de caos completo na saúde de Porto Alegre, estamos fechando leitos, leitos de emergência, leitos de UTI, leitos de internação pediátrica. Então, nós fomos até o Hospital, e esta aqui é a realidade do Hospital Presidente Vargas.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. DR. THIAGO: Ali vocês veem um equipamento de UTI neonatal que tem 15 leitos fechados! O Estado todo precisa de UTI neonatal, e o Hospital Presidente Vargas, por falta de técnico de enfermagem, tem 15 leitos fechados só na UTI neonatal. Tem 38 leitos fechados, 38 leitos criminosamente fechados em todo andar pediátrico. Está aí. Esta foto é emblemática! É um andar inteiro! É o quarto andar inteiro do Hospital Presidente Vargas fechado! Só esteve aberto na Operação Inverno.

Próxima foto, por favor. Estas são as fotos das internações ginecológicas e psiquiátricas. Porto Alegre tem pessoas padecendo no PACS, no Centro de Saúde do IAPI; mulheres, usuárias de *crack* que querem se internar e não têm onde, e o Hospital Presidente Vargas está assim, desta forma. Nesta imagem aparecem os aparelhos de oxigênio subutilizados. Não têm pacientes. É realmente lastimável essa situação. Eu, que fiz minha formação no Hospital Presidente Vargas, que sou médico do Município, atuante no Hospital Presidente Vargas, ver este caos todo e por ação da Secretaria... Mas a Secretaria vai alegar – hoje tem audiência pública, convido todos os Vereadores a estarem presentes – que não tem recursos, mas recurso para o livro “Os Zumbis da Pedra”, R\$ 1 milhão, sem licitação, tinha. Recursos para poder contratar médicos para a Bom Jesus e para a Lomba, por uma empresa pirata, sem licitação, por R\$ 800 mil, R\$ 900 mil por mês, tinha. Então tem que ter dinheiro para chamar os concursados para pôr o Hospital Presidente Vargas a pleno. Convido os Vereadores de oposição – Eng^o Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Alberto Kopittke e Sofia Cavedon – a nos ajudar a revisar o que está acontecendo no Hospital Presidente Vargas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente Mauro Pinheiro, boa tarde a todos e todas. Eu queria dizer do escândalo que são as condições em que se encontra o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. O fechamento de leitos relatado pelo Dr. Thiago, Presidente da Comissão de Saúde, mostra o verdadeiro descaso com a saúde pública enquanto há concurso aberto para suprir a necessidade de técnicos de enfermagem e de todos aqueles cargos da área de saúde que demandam, sim, concurso público para garantir o atendimento pleno. E vemos não só o não chamamento, mas também a não abertura de novas vagas, com o fechamento de espaços importantíssimos para o atendimento da demanda da saúde na cidade de Porto Alegre.

Então, de fato, são dados alarmantes e uma gestão escandalosa da saúde pública no Município de Porto Alegre. Não podemos aceitar essa lógica de que sobram recursos para questões absolutamente secundárias, como são os CCs nesta Administração, um verdadeiro cabide de empregos, com os quais são gastos cerca de R\$ 100 milhões, enquanto áreas prioritárias para a nossa população seguem sucateadas. Quando abriu o Hospital da Restinga, compraram um espaço publicitário milionário nos grandes veículos de comunicação e sequer médico havia no Hospital da Restinga: mandavam fazer sutura no Pronto Socorro de Porto Alegre porque não havia profissionais para atender a população da Zona Sul da nossa Cidade. Isso tem que acabar! Precisamos fortalecer a luta dos trabalhadores da saúde no que diz respeito a um atendimento digno para a população de Porto Alegre.

Nós estamos com outro caso muito grave no Município de Porto Alegre que tem a ver com a Administração Federal, foi o que aconteceu ontem no Hospital Cristo Redentor. Acabo de receber a ligação do Presidente da Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição sobre as medidas de segurança que, há anos, estão sendo reivindicadas pelos trabalhadores da saúde. Há concurso aberto para segurança, e não estão chamando os seguranças para garantir o atendimento pleno à população e o resguardo à vida, que é a atividade primeira de qualquer espaço. Vocês sabem que um

homem foi morto dentro do Hospital Conceição, e já haviam notificado, na sexta-feira, a Direção do hospital de que havia esse risco. Não houve um acompanhamento do ponto de vista das políticas práticas em todo o Grupo Hospitalar Conceição para garantir o chamamento do concurso, para garantir uma política efetiva de segurança para os trabalhadores e para os usuários, para ouvir as demandas da Associação, e nós chegamos a esse caso bárbaro de assassinato.

No ano passado, houve um caso muito semelhante no GHC, e nós precisamos ter coragem de denunciar o que está errado. Não pode ser que, por uma assembleia de trabalhadores que aconteceu lá, em que os trabalhadores, Ver. Pedro Ruas, se auto-organizavam para lutar por melhores condições de trabalho, de salário, etc., tenha tido a presença da Brigada porque o Grupo Hospitalar Conceição solicitou – imaginem vocês a presença da Brigada para autuar os trabalhadores –, mas, na hora de reivindicar a presença da Segurança pública para reservar o direito à vida, nós não vemos a mesma preocupação. Precisamos ter essa seriedade para debater como se tem criminalizado os movimentos sociais, os movimentos de trabalhadores, foi esse o caso concreto protagonizado pela Direção do Grupo Hospitalar Conceição quando a Associação fazia uma assembleia dentro dos seus espaços, como sempre fez, junto com seus associados, buscando organizar a luta dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, uma reivindicação antiga que eles têm registrada, inclusive com requerimentos para fortalecer a segurança lá, não é atendida, sendo que há um concurso aberto para segurança. E nós queremos que haja segurança concursada, para conhecer a história do hospital, para conhecer o atendimento dos trabalhadores. Concurso público é uma boa iniciativa, mas não dá para ser um concurso público para “inglês ver”, em que os trabalhadores não sejam chamados, estando absolutamente desamparados os profissionais e os usuários da Saúde pública do Grupo Hospitalar Conceição. Isso tem que acabar.

Aproveito os 20 segundos que me restam, Presidente, para dizer que recebi uma demanda muito grave, aproveitando a presença do Ver. Mario Fraga, Líder do Governo, com relação à Casa de Passagem Frederico Mentz. As mais de cem pessoas que foram abandonadas durante oito anos estão lá abandonadas. Nós tratamos disso na Comissão de Direitos Humanos, lutamos para que haja a inclusão num programa habitacional. É um verdadeiro escândalo do ponto de vista da moradia, mas agora há um escândalo maior: as crianças não podem ir à creche, porque o esgoto está estourado na frente da casa das

peças, e a comunidade está, há um mês, protocolando pedido para que seja resolvido, e até agora nada. Nós entramos em contato com o DEP na quinta-feira, e até hoje não resolveram o problema. Eu fiz um Pedido de Providências, mas estamos aqui reivindicando na tribuna desta Câmara para que, no mínimo, a dignidade primeira das pessoas seja resguardada, que é o direito de ir e vir, para que não tenham de pisar em esgoto estourado no meio da Rua Frederico Mentz. Isso é inaceitável! Na quinta-feira, vou levar isso para a Comissão de Direitos Humanos, mas espero que até lá já tenha sido resolvido o problema. Muito obrigada pela atenção de todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, nós queremos fazer referência, no dia de hoje – até porque estamos no período correspondente –, ao mês do idoso. Eu estive representando esta Casa, por delegação de V. Exa., na audiência pública que ocorreu na sede da OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, onde o tema proposto foi a efetividade do atendimento preferencial quando há um idoso como parte ou interveniente. O tema teve a representação da Casa com a minha pessoa e obviamente dos representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Comissão do Idoso, que é uma comissão ligada à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui de Porto Alegre, e do Presidente da OAB, Marcelo Bortoluzzi.

Lá nós pudemos constatar que é uma realidade a questão da dificuldade da tramitação – Adão Palma, sempre colega –, a dificuldade no andamento do atendimento preferencial para a questão dos processos que estão judicializados e que têm como parte o idoso. Tivemos a participação *on-line* da OAB, com mais de 5 mil acessos, inclusive questionamentos, e, segundo a participação de muitos colegas advogados, a preocupação tem sido no sentido de não informar e não solicitar o atendimento preferencial indicando que a parte ou o interveniente é o idoso, porque, ao indicar, cai em um processo separado. Nesse sentido, então, muitas vezes, o que acontece, o que tem sido observado, é uma morosidade ainda maior para aqueles que deveriam ter o

atendimento preferencial. Muito bem, o representante do Tribunal de Justiça, nessa audiência pública, na sede da OAB, referiu – e isto foi o que nos causou bastante espanto também – que a Corregedoria do Tribunal de Justiça recebeu, nesse ano que passou ou neste ano de 2014, apenas uma reclamação de morosidade no atendimento do processo judicial. Isso nos causou bastante preocupação, porque sabemos que são inúmeros os casos de processos que são judicializados e que têm como parte ou interveniente o idoso. Obviamente, é algo a ser enfrentado, é um tema importante, e nós estamos no mês do idoso.

Porto Alegre tem um trabalho específico voltado para o atendimento e a efetividade das políticas públicas na área do idoso. Nós temos alguns projetos também nessa área. Eu, inclusive, tenho um projeto de lei indicativo – por orientação do meu colega, Ver. Bernardino Vendruscolo, que nos deu também esse caminho –, para a indicação da casa de passagem para o idoso. Esse projeto está para ser votado nos próximos dias aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Estamos, então, neste mês do idoso, trazendo à tona este debate, que, para nós, é muito importante no que diz respeito ao olhar especial para esses que necessitam do nosso apoio e da nossa atenção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores, Vereadores, público que nos assiste aqui e pela TV Câmara, eu não poderia deixar de fazer mais uma vez um registro, infelizmente, nesta tribuna, pelo aumento da violência que assola a Cidade, o Estado, enfim, o País. E não sou eu quem resolveu hoje subir aqui para falar para vocês sobre violência e falta de segurança. Eu vou ler algumas manchetes que só crescem no decorrer dos últimos meses: "Pais de alunos dizem temer assaltos perto das escolas em Porto Alegre; Alunos sofrem com constantes assaltos em escola do bairro Floresta em Porto Alegre; Porta de acesso ao Palácio da Polícia é roubada em Porto Alegre [faz uns meses que isso ocorreu]; Frentistas desenvolvem técnicas para fugir de assaltos em Porto Alegre [vejam bem: técnicas]; Posto da Brigada Militar é assaltado,

após trote, em Serafina Correa, no Rio Grande do Sul; Homem morre em assalto à joalheria no Centro de Porto Alegre; Homem é morto a tiros em leito do Hospital Cristo Redentor; Homem se passa por visitante e mata paciente em Hospital de Porto Alegre; Igreja é assaltada durante a missa de ontem, domingo à tardinha em Porto Alegre.” Foi na igreja São Sebastião, na Av. Protásio Alves, onde os bandidos entraram, levaram os fiéis para uma sala e os trancaram, roubando celulares, dinheiros, jóias...

Aqui é a terra da mãe Joana! Aqui tudo pode, a violência assola, veja o medo que o senhor tem, que o trabalhador tem, que o grande empresário tem. Esse é um sentimento comum a todos, que nós temos, carregamos, porque, na minha opinião, o ponto alto é que nós chegamos a uma violência desenfreada no Brasil. Ora, eu sei perfeitamente que a criminalidade não é de hoje, nem é produto exclusivo do Brasil! Nós sabemos que ocorre em outros lugares, mas sabemos muito bem que a criminalidade aqui se intensificou a tal ponto que já extrapolou o conceito de guerra urbana. Se estacionamos um carro de tarde, em qualquer bairro desta Cidade, nós temos medo! Eu mesma já fui assaltada por uma criança, arma na cabeça! Por quê? A bandidagem assola, toma conta das ruas! O País, os Estados... No nosso Estado, na minha opinião, eu estou convencida de que não houve o enfrentamento desse caos aliado ao desarmamento da população ordeira. Na minha opinião, isso incentivou a bandidagem a achar que é dona: pode fazer tudo – basta ver que entraram numa Igreja ontem, à tardinha. Só está faltando, e eu acredito que em breve nós vamos assistir, um assalto na sala da Presidente da República, porque todo o resto já foi assaltado neste País. Eu penso que a Segurança pública é o maior clamor da população, do povo brasileiro. A Segurança pública, na minha opinião, é o maior e mais constante desafio para toda e qualquer administração pública, em todos os níveis de gestão – municipal, estadual e federal.

Eu gostaria muito de subir a esta tribuna e passar outro sentimento, mas não posso, porque, quando vejo a quantidade de famílias destroçadas pela perda de um filho, de um familiar, devido a um assalto, dói-me profundamente, porque é uma vida que se vai, é uma família que nunca mais será a mesma, porque foi atingida pela violência. Eu sou da opinião – cada vez mais reforço o meu sentimento – que nós deveríamos alcançar a cultura da tolerância zero para a bandidagem, e isso começa com investimento e prioridade dos nossos governantes. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Professor Garcia.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que devo fazer este comunicado, Ver.^a Mônica Leal. O Ministério Público, através da Promotora Pública Ana Maria Marchesan e de mais duas promotoras, entrou com uma ADIn sobre a nossa lei que versava sobre o bairro Petrópolis e sobre a Cidade toda. Entraram e, liminarmente, pediram que ela fosse declarada inconstitucional, mas a desembargadora não acolheu, dizendo que não há perigo de prejuízo para a sociedade. Enfim, a grande notícia para os moradores do bairro Petrópolis e para a cidade de Porto Alegre é que, por enquanto, o nosso Tribunal não acolheu o pedido da promotora, e, no nosso entender, foi correta a decisão da desembargadora.

É um absurdo que se queira, através de meia dúzia de funcionários do Epahc, decidir mais do que a Câmara de Vereadores; um absurdo que se forma através de meia dúzia de burocratas! Há sempre as “igrejinhas” espalhadas para dizerem não em quase todos os órgãos. A grande maioria dos funcionários públicos quer fazer o trabalho andar, quer que a Cidade progrida, quer que se dê mais condições de bem viver para os cidadãos. Eu dizia que eram 25 que participavam de todas as audiências públicas que aconteciam em Porto Alegre, que eram sempre os mesmos 25 – agora nem são mais 25, na última já havia 12 ou 13 – que se juntavam para todas as situações: quando era para construir o Hospital de Clínicas, eles eram contra; quando é para declarar de interesse público propriedades privadas, eles se juntam para também dizer não! E são sempre os mesmos! Enfim, acho que já começamos a colocar um freio nessas atitudes e nessas pessoas que só sabem dizer não. São os mesmos que não queriam votar as ERBs. Para todos os assuntos que falam em desenvolvimento, essas pessoas estão aqui para trancá-los. E eles se enchem de máquinas de fotografias, como se isso ajudasse a espantar ou assustar Vereador. Eles não conseguem, não conseguiram e não vão conseguir!

Que bom que tivemos essa decisão da Desembargadora, não tenho o nome dela, mas, na próxima oportunidade, farei questão de citá-la, porque ela não atendeu a esse pedido absurdo de querer declarar inconstitucional uma lei originária da Câmara. E o Ministério

Público, por meio de algumas promotoras, pediu a inconstitucionalidade de uma lei na qual o Executivo se baseia para fazer essas declarações de tombamento ou listagem de bens de interesse cultural da cidade de Porto Alegre. Felizmente, temos a Justiça para colocar freio nessas coisas absurdas que se levantam na nossa Cidade. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sefora Mota está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

Não havendo nenhum Vereador inscrito, está encerrada a discussão de Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h24min.)